

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 3 – Número 60 – 25 de fevereiro de 2013

PJe-JT

Processos do CSJT irão tramitar via PJe-JT

Foto: Felipe Sampaio / TST



Na abertura da primeira sessão de 2013 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorrida dia 20 de fevereiro, o ministro João Oreste Dalazen (foto), presidente do TST e do CSJT, despediu-se do órgão, que dirigiu nos últimos dois anos, anunciando a implantação do PJe-JT também no âmbito das matérias processadas e julgadas naquela instância administrativa.

O ministro assinou o [Ato nº 32/CSJT.GP.SG.](#), que disciplina a implantação do PJe-JT no âmbito do CSJT. “A Justiça do Trabalho, uma vez mais, por seu Conselho Superior, assume o papel de protagonista no uso das mais modernas e avançadas ferramentas tecnológicas para, com celeridade, economia, e eficiência, apreciar e julgar os seus processos, seja na esfera judicial, seja na esfera administrativa”, destacou.

O ministro Dalazen esclareceu que a implantação se inicia pela classe processual de “Ato Normativo” e será gradual, planejada e observará cronograma ainda a ser estabelecido pela futura presidência do Conselho, de forma a cumprir o prazo máximo de 90 dias, o mesmo concedido aos TRTs pelo art. 41, parágrafo único, da [Resolução nº 94/2012](#). O treinamento que precede a instalação do sistema deve ser realizado a partir de março.

Segundo o juiz do trabalho Alexandre Azevedo, auxiliar da presidência do TST e integrante do Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, o módulo para processos administrativos utiliza o mesmo código e plataforma tecnológica do PJe-JT adotado na seara judicial, e, portanto, proporcionará grande economia na manutenção e desenvolvimento, pois utilizará a mesma equipe técnica que hoje já mantém o PJe-JT em pleno funcionamento.

(Ascom/CSJT)

Com instalação em Rio Branco, PJe-JT chega a varas de todas as capitais

Com a instalação do PJe-JT em quatro Varas do Trabalho de Rio Branco (AC) no último dia 18 de fevereiro, o sistema passou a funcionar

Notícias

Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho será instalado nesta terça (26) no TST

Com uma solenidade no auditório Ministro Mozart Victor Russomano, o PJe-JT será instalada nesta terça, dia 26 de fevereiro, às 17 horas, no TST. A instalação será conduzida pelo presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Em média, 10% das decisões regionais chegam ao TST por meio de recursos de revista ou agravos de instrumento. Diante disso, era necessário o desenvolvimento do módulo de terceiro grau, integrado aos anteriores, para garantir a continuidade da tramitação eletrônica pelo novo sistema. É este módulo que começará a funcionar no TST agora. “Com isso, a Justiça do Trabalho será o primeiro segmento do Judiciário a instituir um sistema único e uno de processo eletrônico”, assinala o presidente do TST e do CSJT.

(Carmem Feijó e SECOM/TST)



Capacitação para o PJe-JT atinge mais de 6 mil advogados e outros interessados, dia 20

Cerca de 900 advogados assistiram presencialmente (foto) o curso de capacitação em [Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho \(PJe-JT\)](#), para módulos de 1º, 2º e 3º graus, realizado dia 20 de fevereiro no TST. Transmitido ao vivo pelo Youtube, [na TV TST](#), o treinamento foi acompanhado também por cerca de 5,5 mil internautas, e foi bem recebido pelos advogados.

Foto: Felipe Sampaio / TST



O objetivo da capacitação (foto) - ministrada pelo desembargador Cláudio Brandão, do TRT da 5ª Região (BA) e coordenador do comitê gestor nacional do PJe-JT - foi instruir os advogados sobre o correto uso da ferramenta e garantir o uso eficaz do novo sistema, já em funcionamento em todas as regiões do país, “Segundo a OAB, cerca de 300 mil advogados serão usuários diretos do PJe, usando o sistema diuturnamente”. Durante o treinamento, o desembargador abordou todos os aspectos do

PJe-JT, explicando o passo a passo para que os advogados possam operá-lo, e respondeu a perguntas dos presentes e dos que acompanharam pela internet. [Veja aqui a repercussão do evento.](#)

Diversos públicos - Implantado em novembro de 2011, o PJe-JT já conta com mais de 50 mil processos em tramitação. No TST, a implantação será feita de forma gradual, começando-se pela 6ª Turma do Tribunal, dia 26 de fevereiro, e apenas com processos iniciados pelo PJe-JT nos TRTs. Com a instalação no 3º grau a integração estará completa.

Desde o ano passado diversos segmentos vêm sendo treinados para lidar com o PJe-JT no TST. Em janeiro deste ano foi ministrado um curso para capacitar multiplicadores para implantação do sistema no Tribunal. Primeiro foram treinados servidores lotados em áreas afins ao processo eletrônico, como a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Judiciária, além de outras, como a Ouvidoria do Tribunal. Em seguida, outro módulo foi ministrado à mesma turma, mais servidores dos gabinetes que compõem a 6ª Turma. O treinamento também já foi dado aos próprios ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Kátia Magalhães Arruda e Augusto César Leite de Carvalho, que compõem a Turma. Além dos advogados, já foram treinados servidores do MPT (assistentes dos procuradores gerais do trabalho), e 19 procuradores.

Na semana anterior, representantes do TST e da Advocacia Geral da União (AGU) reuniram-se para discutir a implantação do PJe-JT no TST. Durante o encontro foram analisadas medidas para facilitar a adaptação para o novo sistema de processo eletrônico, possíveis aperfeiçoamentos do PJe-JT para atender às necessidades e peculiaridades da AGU e formas de intimidação dos procuradores. Servidores e procuradores do órgão receberão treinamento em março. (Augusto Fontenele e Marta Crisóstomo/TST)

em varas trabalhistas de todas as capitais do país. A cerimônia de instalação contou com a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Participaram do evento, realizado no Fórum Oswaldo de Almeida Moura, o presidente do TRT da 14ª Região (AC/RO), desembargador Ilson Pequeno, e o presidente do TJ do Estado do Acre, desembargador Roberto Barros.

No ano passado, mais de seis mil processos novos físicos deram entrada nas quatro Varas do Trabalho da capital acreana. Com a implantação do PJe-JT na 14ª Região, estima-se uma economia nos gastos com compra de papel, que somente ano passado consumiu cerca de três toneladas nas unidades de Rio Branco.

(Mauro Burlamaqui com informações do TRT-14)

Notas

Biblioteca do TST tem acervo do ministro Mozart Victor Russomano



A Biblioteca Délio Maranhão, do TST, lançou recentemente a página [Coleção Ministro Mozart Victor Russomano](#), em homenagem ao ex-ministro e ex-presidente da Corte. Na página, recortes de jornais destacam a atuação do ministro à frente da Presidência do TST. A família do magistrado doou toda sua coleção de obras, composta por 4.800 itens. Cerca de 2.400 documentos foram selecionados e higienizados e, em breve, integrarão o acervo da biblioteca. A Biblioteca recebeu ainda os acervos pessoais dos ministros Orlando Teixeira da Costa, Marcelo Pimentel e do juiz Délio Maranhão. Ao longo deste ano, todas as obras serão incorporadas paulatinamente ao acervo, com prioridade para o processamento técnico dos documentos do ministro Russomano. O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, agradeceu, à família do ministro Mozart Victor Russomano pelo “enorme ato de desprendimento” de doação do acervo bibliográfico do jurista.

(Carmem Feijó e Viviane Gomes/TST)

Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 3 – Número 60 – 25 de fevereiro de 2013

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br



Foto: Aldo Dias / TST

Novo presidente garante continuidade do PJe-JT

“Não tenho dúvidas de que em pouco tempo não mais teremos processos tramitando em meio físico na Justiça do Trabalho”, afirmou o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que assumirá a Presidência do TST e do CSJT no dia 5 de março. O futuro presidente do TST garantiu a continuidade do programa, instalado em todas as 24 Regiões da Justiça do Trabalho do país. Carlos Alberto explicou que o

PJe-JT será consolidado nas regiões que concentram a maior parte da movimentação processual. “O PJe-JT vai ganhar uma nova dimensão, sem prejuízo do cronograma de instalação fixado pelo atual presidente, ministro João Oreste Dalazen, que levou o sistema a todo o Brasil”, afirmou.

Para o ministro, as metas estabelecidas pelo CNJ – do qual foi conselheiro e presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento até o último dia 19 –, ao adotar como referência o percentual de Varas do Trabalho que devem implantar o novo sistema (10% em 2012 e 40% em 2013), dão uma dimensão distorcida ao PJe. “A referência, a meu ver, não deve ser o quantitativo de Varas, e sim o maior número de processos”, diz ele.

É com base nisso que pretende fazer um “reordenamento nas prioridades” do avanço do PJe-JT. “Nosso foco serão as cinco maiores Regiões da Justiça do Trabalho: Rio de Janeiro (1ª), São Paulo (2ª), Minas Gerais (3ª), Rio Grande do Sul (4ª) e Campinas (15ª)”, explica. Essas Regiões concentram mais de 56% do total de processos recebidos anualmente em todo o país – que, em 2012, foi de 3,6 milhões. A proposta é dar prioridade à implantação do sistema nas Varas das capitais – medida que, em curto período, implicará um número significativo de processos judiciais eletrônicos. “Os presidentes dos TRTs estão cientes e comprometidos com esta diretriz”. Essa meta, no entanto, não resulta em qualquer restrição à implantação do PJe nos Tribunais que possuam menor movimentação processual.

No CNJ, o ministro Carlos Alberto foi quem abriu a divergência que derrubou uma liminar que suspendia o uso exclusivo do Processo Judicial Eletrônico em Pernambuco. O pedido foi feito pela Seccional da OAB naquele Estado, mas o Plenário do CNJ, na sessão do dia 5/2, manteve a exclusividade. Depois disso, duas outras liminares, pedidas pelas seccionais da OAB do Rio de Janeiro e do Pará, foram indeferidas. [Veja a íntegra da entrevista do ministro.](#)

(Carmem Feijó/TST)

Presidente do TST participa de Ato pelo Trabalho Seguro em Campo Grande (MS)

A saúde e a segurança do trabalhador foram o destaque do Ato Público pelo Trabalho Seguro realizado na última sexta-feira, dia 22 em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul (foto). Para o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, que participou do evento, trata-se de mais um passo de uma cruzada cívica em prol da vida e da dignidade do trabalhador.



Foto: Aldo Dias / TST

O ato foi realizado no Centro de Convenções Albano Franco, e reuniu mais de 1,5 mil trabalhadores de diversas obras de construção civil em andamento na capital do estado, além de aprendizes de cursos profissionalizantes e alunos do ensino médio do estado. Participaram também do evento o desembargador Francisco das Chagas Lima Filho, presidente do TRT da 24ª Região (MS), autoridades locais como Alcides Bernal, prefeito de Campo Grande, e representantes de federações e dos sindicatos profissionais e patronais do Mato Grosso do Sul.

Adesão - Já durante o ato foi anunciada a primeira medida concreta em prol da redução do número de acidentes de trabalho no estado. O governador do Mato Grosso do Sul vai assinar decreto prevendo a obrigatoriedade de capacitação mínima em saúde e segurança dos trabalhadores terceirizados do Estado. No ato público anterior, em São Luís (MA), dia 15 de fevereiro, o presidente do TST e do CSJT e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, assinaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover programas e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

As medidas são resposta a um ofício enviado pelo presidente do TST a todos os governadores de estado no início deste mês, sugerindo a eles que avaliem a possibilidade de implementar políticas públicas e outras medidas voltadas à prevenção de acidentes de trabalho, tais como a que será tomada pelo governo do Mato Grosso do Sul, e a inclusão do tema saúde e segurança no trabalho em todos os níveis de ensino do estado, notadamente nas escolas públicas. [Veja aqui como foi o ato público em Campo Grande.](#)

(Mauro Burlamaqui e Marta Crisóstomo/TST)